



Revista Eletrônica Multidisciplinar Pindorama
do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA
Nº 01 – Ano I – Agosto/2010 – www.revistapindorama.ifba.edu.br

Globalização e educação

Prof^a. Eliene Nery Santana Enes
Programa de Pós graduação em Gestão Integrada do Território da
Universidade Vale do Rio Doce.
Pedagoga. Psicóloga.
Governador Valadares, Minas Gerais, Brasil.
eliene.nery@yahoo.com.br

RESUMO

No presente trabalho pretende-se abordar a globalização e a educação a partir da referência de Santos (2002), Dale (2004), Haddad (2008) e Coraggio (2008) discutindo as relações entre ambas e nesse contexto a política do Banco Mundial no Brasil.

Palavras chave: Globalização. Educação. Banco Mundial.

De nada valeria desenhar mapas se não houvesse viajantes para percorrer. (SANTOS, 1998, p.168).

As articulações aqui expostas buscam compreender as influências da globalização sobre a educação, aproximando o global do local. O exercício de aproximação que se pretende em relação à educação, tem como foco, a educação especial no município de Governador Valadares, em uma perspectiva inclusiva, objeto de investigação em projeto de pesquisa a ser desenvolvido em 2010/2011, no Programa de mestrado em Gestão integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE.

Vivemos na era da globalização. Quem de nós não ouviu essa afirmação em noticiários, revistas, debates? Globalização é sem dúvida, marca de nosso tempo.

Na França, a palavra é *mondialisation*. Na Espanha e na América Latina, *globalización*. Os alemães dizem *Globalisierung*.

No *Dicionário Aurélio*, (virtual) o termo Globalização é definido como:

- 1- Ato ou efeito de globalizar.
- 2- Processo típico da segunda metade do século XX que conduz a crescente integração das economias e das sociedades dos vários países, especialmente no que toca à produção de mercadorias e serviços, aos mercados financeiros, e à difusão de informações.

Conforme Giddens (2007), até o final da década de 1980 o termo Globalização, quase não era usado, na literatura acadêmica ou na linguagem cotidiana. Para o autor, globalização:

é um conjunto complexo de processos que operam de modo contraditório ou antagônico, emerge de uma maneira anárquica, fortuita, trazida por uma mistura de influências, globalização não é um acidente em nossas vidas hoje. É uma mudança de nossas próprias circunstâncias de vida. É o modo como vivemos agora (GIDDENS, 2007, p.29).

O autor aponta diferentes pensadores, a quem chama de céticos e radicais, que adotaram posições diferentes, sobre a globalização. Para os céticos, a economia global não é especialmente diferente da que existiu em períodos anteriores, veem a globalização como ideologia espalhada por adeptos do livre mercado que desejam demolir sistemas de previdência social e reduzir despesas do estado. Para os radicais, a globalização é muito real e suas consequências podem ser sentidas em toda parte.

Nascida como fenômeno econômico, a globalização tornou-se também um fenômeno político. Conforme Charlot (2007), a ideia é de que a intensificação do comércio internacional, conforme a lei de mercado, definida pela oferta e a demanda, é a fonte do desenvolvimento, da riqueza de todos os países, do progresso econômico e social.

A globalização não é consensual, é um vasto e intenso campo de conflitos entre grupos sociais, Estados, interesses hegemônicos e grupos sociais. Sobre as divisões internas, o grupo hegemônico atua na base de um consenso, entre os seus mais influentes membros, explica Santos (2002). É esse consenso que legitima as características da globalização como as únicas possíveis ou as únicas adequadas, conhecido por “consenso neoliberal” ou “Consenso de Washington”. O “Consenso

de Washington” é um conjunto de medidas, formuladas em novembro de 1989 por economistas de instituições financeiras baseadas em Washington D.C., como o Fundo Monetário Internacional – FMI, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, fundamentadas em um texto do economista John Williamson, do *International Institute for Economy*, e que se tornou a política oficial do Fundo Monetário Internacional. As dez regras básicas do “Consenso de Washington” são: disciplina fiscal, redução dos gastos públicos, reforma tributária, juros de mercado, câmbio de mercado, abertura comercial, investimento estrangeiro direto, privatização das estatais, desregulamentação, direito à propriedade intelectual.

Diz Santos (2007, p.50), “a globalização resulta, de fato, de um conjunto de decisões políticas identificadas no tempo e na autoria”. O autor, (Santos, 2001) define globalização como, processo pelo qual determinada condição ou entidade local estende a sua influência a todo o globo e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de designar como local outra condição social. O autor chama atenção para que a globalização seja sempre considerada no plural, não existe globalização genuína; aquilo a que chamamos globalização é sempre a globalização bem-sucedida de determinado localismo. No global, sempre vamos encontrar uma raiz local, uma imersão cultural específica. Santos (2001) distingue quatro modos de produção da globalização, os quais no seu entender, dão origem a quatro formas de globalização. A primeira forma é o localismo globalizado que consiste no processo pelo qual determinado fenômeno local é globalizado com sucesso, é o caso do *fast food* americano. A segunda forma é o globalismo localizado que é um impacto específico de práticas e imperativos transnacionais nas condições locais. É o caso da proposta de educação para todos, de que vamos tratar mais adiante. Outros dois modos de produção de globalização dizem respeito à globalização da resistência aos localismos globalizados e aos globalismos localizados. O primeiro é designado como *cosmopolitismo* e o segundo, o *patrimônio comum da humanidade*, que, nas últimas décadas, tiveram grande desenvolvimento como formas de globalização de baixo-para-cima, contra-hegemônicas, expressão e resultado das lutas que se travam no interior do campo social.

A globalização não se refere somente a questões econômicas, comércio internacional e proteção aos blocos econômicos. As transformações incidem tanto na cultura como na educação. Dale (2004), examina a relação entre globalização e

educação através de duas abordagens: a primeira é a abordagem designada “Cultura Educacional Mundial Comum” – CEMC. Essa abordagem foi desenvolvida por Jonh Meyer, e “defende que o desenvolvimento dos sistemas educativos nacionais e as curriculares se explicam através de modelos universais de educação, de estado e de sociedade, mais do que através de fatores nacionais distintivos.” (DALE, 2004, p. 425). A segunda abordagem, do próprio Roger Dale, é designada como “Agenda Global Estruturada para a Educação” – AGEE.

A CEMC apresenta o argumento central dos institucionalistas mundiais:

é que as instituições do estado-nação, do próprio estado, devem ser vistos como sendo essencialmente moldados a um nível supranacional através de uma ideologia do mundo dominante (ou ocidente), e não como criações nacionais autônomas e únicas (DALE, 2004, p.426).

Nessa perspectiva, os estados têm “a sua atividade e suas políticas moldadas por normas e culturas universais”, completa Dale (2004: 427). O autor cita ainda, expressões do argumento da CEMC, que afirma:

uma abordagem baseada nas perspectivas política institucional e mundial sugere que as estruturas educativas e o conteúdo curricular são institucionalizados em um nível mundial. De acordo com esta perspectiva, a educação de massas e os currículos da escola de massas estão estritamente ligados aos modelos emergentes de sociedade e de educação que se tornaram relativamente padronizados em nível mundial. Estes modelos padronizados ou ideologias criaram efeitos culturais homogeneizantes que minam o impacto dos fatores nacionais e locais ao determinarem a composição do currículo [...](KAMENS; BENAVIDOT, 1992, p.104, *apud* DALE (2004,p. 432).

A abordagem CEMC, constitui uma forte e coerente teoria da relação entre globalização e educação. “Ela especifica a natureza da força supranacional, identifica as motivações para os estados incorporarem características centrais universais do modo de visão do mundo e aponta para os produtos educativos destes processos” (DALE, 2004, p. 435).

A diferença fundamental entre as abordagens CEMC e AGEE reside na compreensão da natureza do fenômeno global. Para a CEMC, a globalização é um reflexo da cultura ocidental, baseada em torno de um conjunto particular de valores que penetram em todas as regiões da vida moderna. Para a AGEE, a globalização é um conjunto de dispositivos político-econômicos para organização da economia

global, conduzido pela necessidade de manter o sistema capitalista, mais do que qualquer conjunto de valores.

Outro aspecto relevante das discussões apontadas por Dale (2004), é a teoria da agência e o parque das organizações internacionais que como estratégia, explicam dados sobre o crescimento dos sistemas educativos, e deixam de lado os fatores econômicos e funcionais do estado nação. Utilizam como argumento, a autoridade dos cientistas e especialistas que com racionalidade técnica, podem acelerar o processo de padronização educacional, por meio de grupos, corpos científicos e profissionais. Esse argumento é ideal para a operação de processos de imitação, difusão de modelos e categorias como deseja a globalização. Essa estratégia é encontrada no trabalho de organizações como a UNESCO, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, o Banco Mundial e muitas outras que assumem uma pertença global. Mas, como se sabe a educação é um “valor” e não existe uma forma técnica para implementar um “fazer” padronizado. Há muitos modelos de desenvolvimento, e na adoção de um desses modelos é mais baseado na política do que nos fundamentos técnicos.

Conforme Castro (2005), citado por Haddad (2008:8) o Fundo Monetário Internacional (FMI) é o pilar do sistema financeiro internacional, atuando em conjunto com o Banco Mundial e outras instituições congêneres, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O FMI é o grande moldador das políticas econômicas, enquanto as outras organizações se encarregam de pautar outras políticas públicas, de forma complementar. Haddad esclarece que ao fechar um acordo com o FMI, os países que tomam empréstimo são obrigados a assumir uma série de responsabilidades, quase sempre por meio de acordos estabelecidos com pouca participação do parlamento de cada país e da sociedade civil, com pouca transparência e baixo nível de informação.

Marcus Faro, secretário executivo da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, faz o seguinte comentário:

o impacto do Banco Mundial sobre as políticas públicas é imenso. É espantoso que a maior parte da opinião pública no Brasil não tenha clareza a esse respeito. O Banco não somente formula condicionalidades que são verdadeiros programas de reformas políticas públicas, como também implementa esses programas usando redes de gerenciamento de projetos que funcionam de forma mais ou menos paralela à administração pública oficial do Estado brasileiro. Trata-se da chamada “assistência técnica” (FARO (2005) *apud* SILVA; AZZI; BOCK ; 2008, p. 18)

No entender de Torres (2008), “o Banco não apresenta idéias isoladas, mas uma proposta articulada – uma ideologia e um pacote de medidas” que visam melhorar o acesso, a equidade e a qualidade dos sistemas escolares, particularmente do ensino de primeiro grau, nos países em desenvolvimento. Para a autora “trata-se de um “pacote” de reforma proposto aos países em desenvolvimento”.

Segue a autora:

as propostas do Banco Mundial para educação são feitas basicamente por economistas dentro da lógica e da análise econômica. A relação custo benefício e a taxa de retorno consistem em categorias centrais a partir das quais se define a tarefa educativa, as prioridades de investimento (níveis educativos e fatores de produção a considerar), os rendimentos, e a própria qualidade (TORRES, 2008, p. 138).

O discurso econômico domina o panorama educativo, tanto na esfera nacional como internacional, a política educativa encontra-se em geral nas mãos de economistas ou de profissionais vinculados à educação mais a partir da economia ou da sociologia, do que relacionados ao currículo ou à pedagogia.

Nesse contexto, o Brasil é um importante captador de recursos do Banco Mundial. Considerando os financiamentos acumulados até 1994, o Brasil efetuou empréstimos no Banco Mundial de cerca de U\$\$ 22 bilhões. A tabela abaixo, mostra a distribuição setorial dos empréstimos do Banco Mundial para o Brasil no período recente (1987-1994).

Tabela 1 - Participação setorial dos empréstimos aprovados pelo Banco Mundial para o Brasil – 1987/1994

	1987-1990	%	1991-1994	%
Agricultura	2.279	47%	372	10%
Energia	479	10%	260	7%
Transporte	604	12%	308	8%
Finanças	0	0%	350	9%

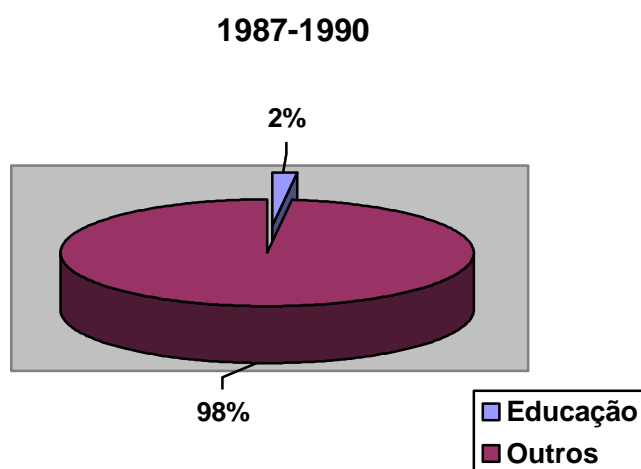
Desenvolvimento urbano	575	12%	404	11%
Água e esgoto	410	8%	794	21%
População, Saúde e nutrição	475	10%	160	4%
Educação	74	2%	1.059	29%
Total Brasil	4.896	100%	3.707	100%

FONTE: RELATÓRIOS do Banco Mundial (vários anos) *apud* SOARES, 2008, p.34.

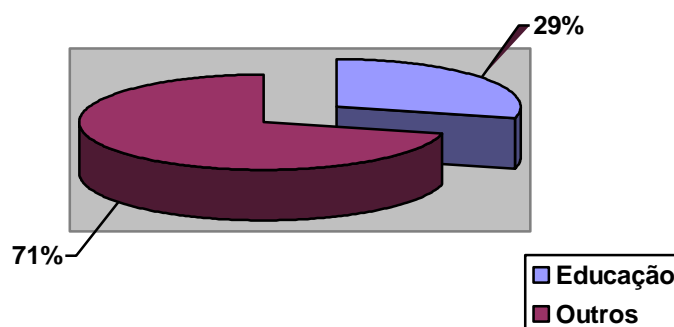
Observa-se na tabela acima, a queda nos financiamentos do setor da agricultura e o crescimento nos dos setores ligados à área social.

Apresenta-se a seguir, o GRAF. 1, com a evolução da participação da educação nos empréstimos feitos pelo Brasil ao Banco Mundial.

GRÁFICO 1. Evolução da participação da educação nos empréstimos do Banco Mundial – Brasil



1991 - 1994



FONTE: RELATÓRIOS do Banco Mundial (vários anos), *apud* SOARES, 2008, p. 35.

Nestes gráficos destaca-se o crescimento da participação da educação de 2% para 29% do total.

O Banco Mundial considera a educação como um instrumento fundamental para promover o crescimento econômico e a redução da pobreza. Para Coraggio

o Banco Mundial vem impondo políticas homogêneas em todo o mundo, as declarações do próprio Banco Mundial, a simultaneidade com que vêm sendo empreendidas as reformas educativas nos países e a homogeneidade discursiva que as envolve parecem confirmá-la". (CORAGGIO, 2008, p. 76).

Conforme Tommasi (2008), especialmente depois da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien em 1990, o Banco Mundial tem dado prioridade aos investimentos em educação básica. Entre 1990 e 1994 os empréstimos para esse setor representam um terço do total de empréstimo para educação.

No Brasil, a partir do final da década de 80, os empréstimos do Banco Mundial para a educação tem aumentado. Atualmente, nove estados do Nordeste, São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Espírito Santo, chegam a somar empréstimos de mais de um bilhão de dólares. Os projetos segundo Tommasi (2008) "são frutos de negociações realizadas no seio de cúpulas restritas de funcionários das secretarias de Educação, junto a técnicos do Banco" (TOMMASI, 2008, p.196). As estratégias de ação do Banco Mundial no Brasil, são apoiar investimentos que encorajem o crescimento econômico e o desenvolvimento social num contexto de estabilidade

macroeconômica O diagnóstico do Banco sobre o sistema de educação brasileiro aponta como maior problema a baixa qualidade.

O Estado de Minas Gerais obteve recursos do Banco Mundial para implementação do Projeto “Melhoria da Qualidade da Educação Básica”, sustentado sobre o fato de ser o primeiro estado brasileiro a implementar simultaneamente as seguintes medidas educacionais: Ciclo Básico (promoção automática da 1ª à 2ª série); Programa de avaliação escolar (testes padronizados); Eleição de diretores pela comunidade escolar; Criação de Colegiados Escolares (compostos por representantes de professores e funcionários, pais e alunos acima de dezesseis anos e presididos pelos diretores das escolas); Autonomia Escolar. O objetivo do projeto é a melhoria do sistema educacional. Seus objetivos específicos são:

a) proporcionar aos administradores centrais e regionais instrumentos para tomadas de decisão baseadas em informações adequadas;

b) ajudar os diretores de escola a assumir seus novos papéis de líderes e administradores num sistema de educação estadual mais descentralizado;

c) aumentar o acesso dos professores a oportunidades de treinamento;

d) discutir um pacote de materiais de instrução, especialmente livros didáticos e de leitura, para os alunos de escolas públicas;

e) melhorar a administração das instalações físicas, de modo a assegurar o acesso equitativo dos alunos às escolas assim como racionalizar a utilização do espaço escolar.

Apresenta-se o QUADRO 1 a seguir, com pontos básicos do projeto “Pró-Qualidade” do Estado de Minas Gerais.

QUADRO 1 - Projeto “Pró-Qualidade” do estado de Minas Gerais

SUBPROJETO A – Fortalecimento da gestão do sistema educacional – US\$ 21,5 milhões.

- Implantação de um sistema de monitoramento – US\$ 13 milhões.
- Avaliação do desempenho dos alunos – US\$18,8 milhões.
- Estudos e Pesquisa sobre a gestão escolar – US\$1,4 milhões.

SUBPROJETO B – Melhoria da infraestrutura e gestão da escola – US\$ 47,3 milhões.

- 1) Fortalecimento do planejamento escolar – US\$ 10,1 milhões.
- 2) Desenvolvimento do gerenciamento escolar – US\$ 13,3 milhões.
- 3) Fornecimento de equipamentos de apoio à administração escolar – US\$ – 23,9 milhões.

SUBPROJETO C – Desenvolvimento do ensino – US\$ 57, 2 milhões.

- Desenvolvimento curricular – US\$ 8,7 milhões.
- Capacitação de professores – US\$ 45,6 milhões.
- Estudos e pesquisa – US\$ 2,9 milhões.

SUBPROJETO D – Fornecimento de materiais de ensino-aprendizagem – US\$ 121,6 milhões.

- Suprimento de livros didáticos – US\$ 53,7 milhões.
- Organização de cantinho de leitura e bibliotecas – US\$ 37,2 milhões.
- Fornecimento de materiais pedagógicos – US\$ 30,7 milhões.

SUBPROJETO E – Reorganização do atendimento escolar – US\$ 49,9 milhões.

- Aumento do número de salas de aula – US\$ 49,4 milhões.
- Racionalização da rede física – US\$ 0,5 milhão.

GERENCIAMENTO DO PROJETO – US\$ 4,5 milhões.

Anualmente, a SEE e o Banco Mundial fazem uma revisão abrangente do desenvolvimento do projeto. As licitações para aquisição de bens de contratação de obras serão feitas centralmente através de concorrências nacionais e internacionais. Todas as concorrências nacionais permitirão a participação de fornecedores estrangeiros. Os livros didáticos, manutenção de equipamentos, supervisão e salários serão financiados unicamente pela contrapartida local. Conforme Tommasi (2008), o projeto de Minas Gerais serviu seguramente como referência para a elaboração dos outros projetos estaduais.

Na análise de Coraggio (2008), o Banco estabelece uma correlação entre o sistema educativo e o sistema de mercado, entre escola e empresa, entre relações pedagógicas e relações de insumo-produto, entre aprendizagem e produto esquecendo aspectos essenciais da realidade educativa. A análise econômica tornou-se a metodologia para definição de políticas educativas.

Rosa Torres (2008) também destaca que a educação passou a ser analisada dentro da lógica e da análise econômica. O modelo que nos propõe o Banco Mundial é um modelo essencialmente escolar e com duas grandes ausências: os professores e a pedagogia. Um modelo escolar em torno de variáveis observáveis e quantificáveis, que não contempla a essência do processo educativo.

Ainda sobre as políticas educacionais, cabe citar as políticas de inclusão educacional de alunos com deficiência que acolhem discursos e direcionamentos internacionais. Garcia (2008), aponta que a política educacional no Brasil, nos últimos anos, apoia-se nos discursos inclusivos de conferências internacionais. É o caso da Conferência Mundial de Educação para todos (Jomtien, 1990), Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais (Salamanca, 1994), Convenção Interamericana para Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência (Guatemala, 1999, Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – ONU (nova Iorque, 2006). Esses documentos, têm em comum discursos que defendem práticas inclusivas no campo educacional como promotoras de inclusão social e expõem o processo de produção de sentidos no âmbito da política educacional, do global ao local.

No entender de Garcia (2008), a idéia de inclusão escolar que está sendo base para as políticas educacionais tem uma matriz liberal, o que tem conseqüências políticas e teóricas.

Não se pretende chegar aqui a uma conclusão sobre a globalização e a educação, a partir das breves considerações aqui apresentadas, isso seria atitude precipitada mas, permanece uma pergunta de José Luís Coraggio, feita no debate realizado no seminário “o Banco Mundial e as políticas de educação do Brasil”. Coraggio interroga: “Se quisermos, além de melhorar, corrigir, ir mais além, fazer as coisas bem, não da maneira como propõe o Banco, a partir de onde faríamos?” Ele responde:

Parece que o Banco possui um vazio claríssimo sobre o que é a pedagogia. Analisam tudo como um problema empresarial, tecnológico. Esse vazio talvez seja o “calcanhar de Aquiles” do Banco, mas também pode ser o nosso: temos uma proposta, a partir da pedagogia, sobre como deveria ser a educação, que seja outra coisa do que trocar o peso relativo dos fatores de produção, como quer o Banco? Minha pergunta é: como se pode pensar toda essa questão do ponto de vista da pedagogia?

Observa-se que o projeto “Pró-qualidade” do governo de Minas Gerais, segue as mesmas práticas dos projetos financiados pelo Banco Mundial, não tem a participação dos principais interessados, os profissionais da educação. É um projeto aplicado de cima para baixo, não levando em conta as práticas, experiências e conhecimentos acumulados pelos profissionais sobre o sistema educacional. Assim, cabe interrogar se os resultados do projeto do governo de Minas Gerais estão sendo divulgados de forma ampla, uma vez que tantos recursos financeiros foram gastos. É oportuno e necessário que o setor educacional tenha participação e acesso nas negociações das diferentes fases e formas de cooperação internacional, assim como informações referentes aos financiamentos. Fica ao conjunto de educadores a tarefa de resistência contra a forma neoliberal de definir as questões da educação pública, e a de construir alternativas para uma educação pública e universal de qualidade, com políticas educacionais democraticamente decididas, como foi uma das propostas do II Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, em 2002.

Finalizo com o dizer de Jaime Pinsk :

...a escola pública pode e deve voltar a exercer um papel central no nosso sistema educacional, desde que se faça uma avaliação correta dos seus problemas, um planejamento lúcido das prioridades e uma operacionalização adequada e corajosa das soluções que se fizerem necessárias (PINSK, 1999, p.112).

Referências Bibliográficas

Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. Disponível em www.dicionarioaurelio.com. Acesso em 20/01/2010.

CORAGGIO, José Luis. Trad. CORULLÓN, Mônica. Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção? *in* TOMMASI, Livia de; WARDE, Mirian J.; HADDAD, Sérgio. (orgs). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2008.p. 75-123.

CHARLOT, Bernard. Educação e Globalização *in* **Sífito** – Revista de Ciências da Educação. n. 4, out. /dez., 2007, p.129-136.

DALE, Roger. Globalização e Educação: demonstrando a existência de uma “cultura educacional mundial comum” ou localizando uma “agenda globalmente estruturada para a educação”? *in* **Educação e Sociedade**, Campinas, v.25, n.87, p. 423-460, maio/ago. 2004.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Políticas inclusivas na educação: do global ao local *in* BAPTISTA, C. R. ; CAIADO, K. R. ;JESSES,D.M. **Educação Especial: diálogo e pluralidade**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2008, p.11-24.

GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrole**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

HADDAD, Sergio (org.). **Banco Mundial, OMC e FMI: o impacto nas políticas educacionais**. São Paulo, Cortez, 2008.

PINSK, Jaime. **Cidadania e educação**. São Paulo: Contexto, 1999.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A Globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, S. Boaventura. Para uma concepção Multicultural dos Direitos Humanos *in* **Contexto Educacional**. Rio de Janeiro, vol. 23, n. 1, jan/jun 2001, p. 7-34.

SILVA, Camila Croso (org.), AZZI, Diego, BOCK, Renato. Banco Mundial em foco: sua atuação na educação brasileira e na dos países que integram a Iniciativa Via Rápida na América Latina *in* HADDAD, Sérgio (org.) **Banco Mundial, OMC, E FMI: o impacto nas políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2008, p. 15-86.

TOMMASI, Livia. Financiamentos do Banco Mundial no setor educacional brasileiro: os projetos em fase de implementação *in* TOMMASI, Livia de; WARDE, Mirian J.;

HADDAD, Sérgio. (orgs.) **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2008.p. 195-227.

TOMMASI, Livia de; WARDE, Mirian J.; HADDAD, Sérgio. (org). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2008.

TORRES, Rosa Maria. Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial in *in* TOMMASI, Livia de; WARDE, Mirian J.; HADDAD, Sérgio. (orgs). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2008.p. 125-193.

Publicado, em 22 de agosto de 2010, na www.revistapindorama.ifba.edu.br